

A Idéia de Brasil Moderno

O Brasil ainda não faz parte do Primeiro Mundo. Alguns dados econômicos podem criar a ilusão de que poderia caminhar nessa direção. Mas a realidade social, a situação em que vive o povo, mostram que esse objetivo ainda está longe. As desigualdades herdadas do passado e continuamente recriadas pelos donos do poder desenham um cenário problemático, característico de uma nação do Terceiro Mundo. Para entrar no Primeiro Mundo, o Brasil deveria reduzir progressivamente as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais; tornar-se uma *democracia* propriamente dita.

*Áreas de interesse:
Sociologia, Política
e História do Pensamento Brasileiro*



ISBN: 85-11-08075-9

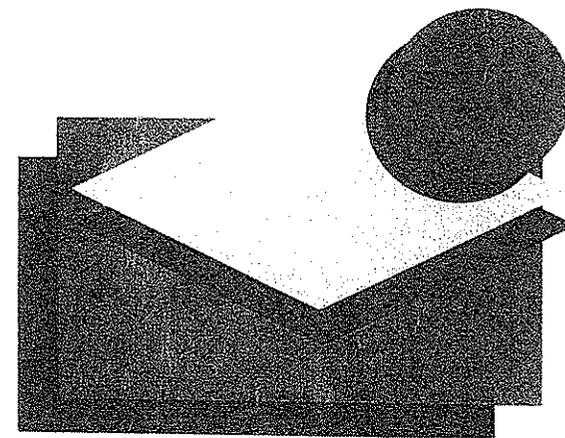


Octávio Ianni

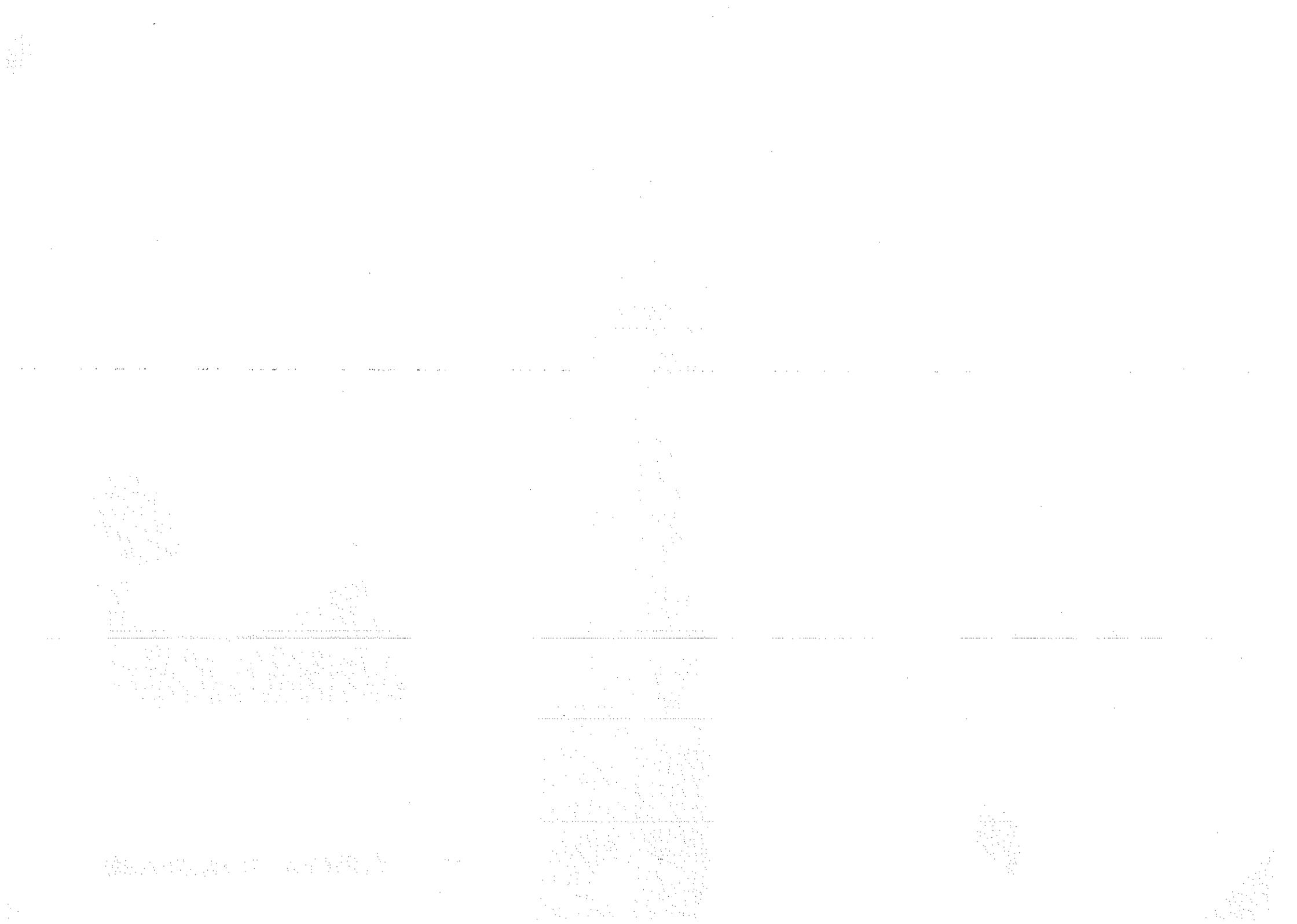
A Idéia de Brasil Moderno

Octávio Ianni

A Idéia de Brasil Moderno



editora brasiliense



1. O SENTIDO DA HISTÓRIA



Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira, lida-se principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República. Sem deixar de levar em conta as peculiaridades desta ou daquela conjuntura, circunstância, situação, a pesquisa busca descobrir os contornos e os movimentos que caracterizam as principais configurações históricas da vida nacional. Assim, os fatos gerais e singulares adquirem vida e movimento. Tanto se revelam tensos, críticos ou antagonicos como ganham sentido, forma e direção.

Tomada como um todo, a obra historiográfica de Caio Prado compreende uma interpretação bastante elaborada

da da formação da sociedade brasileira. Procura explicar como se forma e transforma a nação, tendo em conta os séculos de escravismo e economia primária exportadora; os surtos mais ou menos débeis, até certa época, de industrialização; o desenvolvimento das classes sociais por sobre o largo passado escravista; o jogo das forças sociais internas e das pressões econômicas e políticas externas; as articulações e os desencontros entre as tendências predominantes na sociedade civil e as que prevalecem no poder estatal. Reinterpreta a Colônia, o Império e a República, revelando as forças sociais que operam na composição e transformação da sociedade nacional. Trata-se de uma pesquisa abrangente, globalizante, ao mesmo tempo que sensível a aspectos sociais, humanos, culturais e outros, vistos em contextos particulares ou episódicos, mas significativos. Revela as relações, os processos e as estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais que caracterizam o escravismo, a crise do sistema colonial, a formação e crise do regime monárquico, a emergência das forças sociais que constituem a Primeira República, o surgimento de novas forças com a Revolução de 1930, os arranjos organizados na ditadura do Estado Novo, a redemocratização e o industrialismo dos tempos da República Populista e os impasses criados com a ditadura militar. Revelam-se aspectos básicos das diversidades regionais, desigualdades raciais, urbanização, industrialização, questão agrária, imperialismo e outros dilemas de grupos e classes sociais, além da sociedade como um todo. Assim se traçam as linhas principais da história da sociedade nacional, enraizando dilemas e perspectivas do presente.

"O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e ençerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida

humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este 'algo de novo' não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa 'atitude' mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dele que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador.

"Entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizara, aquele 'organismo social completo e distinto' constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade."¹

1. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), Livraria Martins Editora, São Paulo, 1942, p. 6. Estas são as outras obras deste autor sobre a formação histórica do Brasil: *Evolução Política do Brasil* (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira), Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933; *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1945; *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, Gráfica Urupês, São Paulo, 1954; *A Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966; *História e Desenvolvimento* (A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro), Gráfica Urupês, São Paulo, 1968; *A Questão Agrária*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

Ao interpretar a formação social brasileira, Caio Prado privilegia três processos de envergadura histórica. São fundamentais para que se possa caracterizar o Brasil contemporâneo. Revelam como o presente se articula com o passado próximo e remoto. Sintetizam-se nos seguintes termos: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.

Esses processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião. Não esgotam a história, tudo o que acontece aí. Mas não se trata de refazer toda a história, como se isso fosse possível, indispensável ou heurístico. Ao contrário, a história se resgata seletivamente, a partir do presente. Os desafios com os quais se defrontam os grupos e as classes sociais, em certas conjunturas, põem estas ou aquelas exigências sobre o presente e o passado em suas determinações recíprocas. Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado — e imaginar o futuro.

Vejamos algumas características dos processos de envergadura histórica que parecem ser as raízes do Brasil contemporâneo. Os desafios da revolução brasileira, em marcha nesse tempo, desvendaram tais processos como constitutivos do presente.

O *sentido da colonização* é um tema constante em toda historiografia de Caio Prado. Articula a maior parte dos seus escritos, das suas reflexões e está na base da sua interpretação da história brasileira. O Brasil Colônia, Império e República está marcado por esse traço. No começo é o colonialismo. Depois, a partir da Independência, predomina em forma crescente o imperialismo. O sentido da colonização não é único. Muda com os tempos, as relações internas e externas, o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Não se limita à economia e à política. Pode compreender o poder mili-

tar, as igrejas e os meios de comunicação. Desdobra-se em formas de pensamento, idéias, doutrinas ou explicações.

No começo está em curso a acumulação originária, que absorve na Europa, principalmente na Inglaterra, os excedentes obtidos através do mercantilismo. Excedentes obtidos por meio de guerras contra povos e nações "bárbaros", da pirataria, das mais diversas formas de trabalho compulsório e outros meios de acumulação mercantil. Os "ciclos" da economia colonial brasileira (e latino-americana) entram na composição dessa história.

"Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar."²

A história não é única, homogênea. Modifica-se com as alterações das forças que predominam interna e externamente. Em geral, no entanto, são as determinações externas, acopladas com as forças internas, que articulam

2. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., p. 26. Consultar também *História Econômica do Brasil*, cit., p. 31.

e orientam o subsistema econômico que se cria e recria com as mudanças, rupturas e expansões da formação social brasileira. A economia primária exportadora, a industrialização substitutiva de importações, a associação de capitais estrangeiros e nacionais, a crescente monopolização do aparelho estatal pelo capital financeiro, estes são desdobramentos diversos, freqüentemente relacionados, das determinações internas e externas predominantes ao longo da história. Em escala cada vez mais ampla, a circulação capitalista propriamente dita passa a predominar sobre a mercantil. Mudam as condições de acumulação capitalista no âmbito do sistema mundial e no de cada país colonizado, dependente, subordinado ou associado.

"É que vivendo na dependência de mercados externos e longínquos, voltando-se a produção para fora e tendo-se estabelecido não para atender às necessidades dos próprios produtores, mas de um comércio estranho e fora do seu alcance e influência ponderável, ficou necessariamente em posição subordinada, sempre na dependência de conjunturas sobre que não tinha e não podia ter a menor ação. O Brasil viveu no curso de toda sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer a sua fortuna ou miséria, sem que ele nada possa dizer na matéria. Somos obrigados a sofrer passivamente as vicissitudes de uma conjuntura completamente estranha."³

O sentido da colonização desvenda as peculiaridades da Colônia, Império e República. Mostra como o capitalismo surge e desenvolve-se, sob a forma de um modo de produção mundial. A reprodução ampliada do capital é comandada pelos processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial. Os monopólios, trustes, cartéis e conglomerados, assim como as multi-

3. Caio Prado Júnior, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, cit., p. 43.

nacionais e transnacionais, constituem espaços internacionais nos quais se realiza a acumulação de capital. E cada país, dependente, subordinado ou associado, se revela, mais uma vez, um subsistema altamente determinado pelos movimentos internacionais do grande capital.

"No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição economicamente subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários — matérias-primas e gêneros alimentícios — aos países centrais do sistema. A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias e nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema."⁴

O capital em geral, lógica e historicamente, se constitui no âmbito mundial e não no da nação. É óbvio que as relações, processos e estruturas compreendidos ou influenciados pelos movimentos do capital em geral afetam o modo pelo qual a sociedade e o Estado se encontram e se desencontram.

A *escravatura* foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu principalmente dela. O que não era baseado ou dependente do trabalho escravo tendia a ser menor, secundário, irrelevante ou um produto das oscilações, avanços e retrocessos do regime escravista. Foram séculos de *escravatura*, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, idéias, doutrinas, modos de ser, pen-

4. Caio Prado Júnior, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957, p. 190.

sar e agir. Na Colônia e no Império nem tudo era diretamente baseado no regime de trabalho escravo, mas esse regime influenciava bastante o conjunto da sociedade. O que não era escravista estava adjetivo, dependente, referido, influenciado — ou permanecia à parte. O "norte" da sociabilidade e do poder, da economia e política, da cultura e ideologia estava assinalado pelo escravismo.

"Assim no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipotente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora."⁵

Devido à sua preponderância e influência, o regime de trabalho escravo parece cortar a sociedade em duas partes bem diversas. Duas polarizações que se complementam, desconhecem ou antagonizam.

"De um lado o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o 'clã' patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas, em parcelas pequenas, a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam."⁶

Acontece que o regime foi realmente organizado e determinante. Fundou e influenciou largamente o conjunto da sociedade. Neste ponto Caio Prado retoma a observação formulada anteriormente por Alberto Torres:

"A escravidão foi uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu... Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, to-

5. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., p. 277.
6. *Ibidem*, p. 341.

do o esforço e toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos".⁷

Boa parte da cultura, em seus valores, padrões, idéias, doutrinas, explicações, ideologias, ficou vincada por essa determinação essencial. As relações e estruturas fortemente marcadas pelas linhas de casta influenciam também o pensamento, o imaginário de senhores, fazendeiros, comerciantes, governantes, militares, bispos, populares, escritores. Acontece que há sempre alguma contemporaneidade entre as formas de pensamento e as de ser, os modos de vida e trabalho e os de pensar, sentir e agir.

"Em todas as formas de sociedade encontra-se uma determinada produção que confere a todas as outras sua correspondente posição e influência, e cujas relações, portanto, conferem a todas as outras a posição e a influência. É uma iluminação geral, na qual se banham todas as cores e (que) modifica as particularidades destas. É como um éter especial que determina o peso específico de todas as formas de existência que ali adquirem relevo."⁸

O *desenvolvimento desigual e combinado* caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República. A sucessão dos "ciclos" econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. Cabe lembrar agora alguns "ciclos" mais ou menos notáveis da história da economia brasileira: pau-

7. Alberto Torres, *O Problema Nacional*, p. 11. Conforme citação de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., p. 341, nota 1.

8. Karl Marx, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*, 3 vols., trad. de José Arico, Miguel Murmis e Pedro Scaron, Siglo Veintiuno Editores, México, 1971-1976, vol. 1, pp. 27-28. Citação do cap. I, "Producción, Consumo, Distribución, Cambio, Circulación".

brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau etc.; ou economia primária exportadora, industrialização substitutiva de importações, associações de capitais nacionais e estrangeiros, aliança capital-Estado.

O resultado, periodicamente alcançado e recriado, é uma vasta e surpreendente "desarticulação". O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos. Vista em perspectiva histórica, a formação social brasileira se apresenta como "um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações". Acontece que a história brasileira, particularmente a econômica, "é antes uma sucessão de episódios muito semelhantes, de ciclos que se repetem monotonamente no tempo e no espaço. E continuam repetindo-se". Tem-se a impressão de que "o tempo se projetou aqui no espaço". O passado parece não só múltiplo, diversificado, mas presente. "A nitidez de contorno de nossa evolução econômica permite-nos acompanhar com grande precisão e segurança (num sentido relativo, bem entendido, à complexidade inerente aos fatos sociais) o progressivo desdobramento de nossas formas e estruturas econômicas, desde sua eclosão até o momento presente." Uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios. Lado a lado, acumularam-se, "freqüentemente numa confusão inextricável, formas econômicas de contraste chocante que pertenceriam, numa evolução mais regular, a épocas largamente afastadas entre si. A nossa história ainda é, por isso, em muitos casos, uma atualidade".⁹

Aí está uma peculiaridade básica da formação social brasileira, conforme ela se revela no século XX. O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive

com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional.

O Brasil Moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças. As comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas (estas de base cabocla e imigrante) também estão muito presentes no interior da formação social brasileira no século XX. As culturas gaúcha, caipira, mineira, baiana, amazônica e outras parecem lembrar "ciclos" de açúcar, ouro, tabaco, gado, borracha, café e outros. Subsistem e impregnam o modo de ser urbano, burguês, moderno da cultura brasileira, dominante, oficial.

Em síntese, estes são os três processos de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Eles dão conta das singularidades de épocas e situações. Durante a Colônia inscrevem-se no modo pelo qual eclodem movimentos nativistas, revoltas de escravos, formação de quilombos, lutas contra invasões, anseios de independência, inconfidências. No Império influenciam a forma da Independência, a abertura e o fechamento da Constituinte, a estruturação do poder monárquico, a abolição lenta, gradual e segura, o indianismo, os arranjos que cercam a Lei Áurea e a Proclamação da República. Ao longo das várias repúblicas inauguradas em 1889, as lutas sociais também expressam muito daqueles processos. Recriam-se as relações externas várias vezes, mas elas não deixam de operar. Um século depois da Abolição subsistem heranças das formas culturais e de sociabilidade

9. Caio Prado Júnior, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, cit., pp. 6 e 30-31.

produzidas com o escravismo. E tudo isso está atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado caledoscópico, no qual a geografia e a história se mostram enlouquecidas. Esses são alguns contornos e movimentos do Brasil Moderno que se forma no século XX.

2. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA



O desafio principal, na análise desenvolvida por Caio Prado Júnior sobre o Brasil, diz respeito ao caráter da *revolução brasileira*. Polariza grande parte das suas pesquisas e contribuições para a inteligência da formação social brasileira. É claro que a sua interpretação não se esgota nesse ponto. Esclarece vários aspectos fundamentais dessa história, reinterpretando a Colônia, o Império e a República. Mostra o largo e intrincado processo de formação da sociedade nacional, ressaltando aspectos, momentos, épocas, rupturas. Mas o desafio principal é compreender as condições, características e tendências da revolução brasileira.

Um aspecto básico e geral da revolução brasileira está em que *o presente se acha fortemente impregnado de vários passados*. O Brasil Moderno, ao mesmo tempo que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região. O país parece um mapa simultaneamente geográfico e histórico, contemporâneo e escravista, republicano, monárquico e colonial, moderno e arqueológico. Toda a sua história está contida no seu presente, como se fosse um país que não abandona nem esquece o pretérito; memorioso.

“Analisem-se os ‘elementos’ da vida brasileira contemporânea; elementos no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação, e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não ‘tomou forma’. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda, e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar, e que não é senão aquele passado colonial.”¹⁰

O processo histórico de que resulta o presente, portanto, se torna indispensável para que se possa compreender as condições e as possibilidades de organização e transformação da sociedade.

“A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente — mas não simplisticamente — a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta.”¹¹

É muito forte o peso do passado, dos vários passados nacionais e regionais, compreendendo tradições, anacronismos, exotismos, ecletismos, formas sociais pretéritas próximas e distantes de organização da vida e trabalho. Os séculos de escravismo marcaram funda e largamente a formação social brasileira, em suas peculiaridades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Na história da revolução brasileira, outro fato da maior importância diz respeito ao encontro entre *o fazendeiro e o imigrante*. No oeste paulista da segunda metade do sé-

culo XIX está uma base das transformações que produzirão a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, depois, a industrialização cada vez mais centrada em São Paulo. O fazendeiro e o imigrante revelam-se, assim, os personagens dessa nova época da formação social brasileira. Representam as forças mais visíveis na marcha da revolução burguesa que se deslança com a Abolição e a República. Acelera-se a urbanização, dinamiza-se o mercado interno, desenvolve-se a divisão do trabalho social, multiplicam-se as atividades artesanais, fabris, comerciais e bancárias. As produções culturais e as controvérsias intelectuais colocam-se em outros horizontes; com novos problemas, ao mesmo tempo que recriam dilemas mais antigos. Discutem-se, sob diferentes perspectivas, temas tais como: raça, povo e nação, preguiça e trabalho, tradição e progresso, vocação agrária e industrialização, diversidades regionais e sociedade nacional, sociedade civil e Estado, liberalismo econômico e democracia, civilismo e militarismo. Formam-se novos arranjos nas relações entre a cidade e o campo, as regiões e a nação, a sociedade nacional e o capitalismo mundial. A nação republicana, em processo de formação, procura ajustar contas com os séculos de escravismo, as formas da “legitimidade” monárquica, as heranças sociais e culturais geradas com as estruturas de castas.

Grande parte dessa ampla transformação social tem por base o “ciclo” do café. Desde fins do Império e compreendendo praticamente toda a Primeira República, “o Brasil é o café”. Em um país exportador de produtos primários, esse produto entra “com mais de 70% do valor” da exportação. Mas a cafeicultura não predomina apenas em termos econômicos.

“Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país: depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que

10. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., pp. 6-7.

11. Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, cit., p. 15.

o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que S. Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café, e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenvolvem em função da lavoura cafeeira: foi assim com deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do norte para o sul, e S. Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração européia e a Abolição da Escravidão; a própria federação e República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei-café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.¹²

Estava em curso uma transformação social bastante profunda, ainda que situada em uma parte da sociedade nacional, centrada principalmente em São Paulo. A economia cafeeira expandia-se em moldes mais propriamente capitalistas. A fazenda era gerenciada segundo as exigências da rentabilidade do capital, medida em termos de cálculo de ganhos e perspectivas de ganho. Desenvolvia-se o mercado interno e formavam-se as classes sociais no campo e na cidade. As forças produtivas e as relações de produção cresciam de forma acentuada nas regiões mais prósperas da cafeicultura. Uma transformação social de significado estrutural, com repercussões em outras atividades econômicas, influenciando a sociedade e o poder. Era uma influência múltipla e geral, tingindo outras cores de matizes do verde-café — os matizes dos interesses dos fazendeiros. A Abolição e a República podem ser vistas também na perspectiva da marcha da onda verde, do roteiro do café. O espírito burguês, menos desenvol-

12. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, cit., pp. 177-178.

vido durante a Monarquia apoiada no regime de trabalho escravo, adquiria outro alento.

“No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que não era novo, mantivera-se no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na Monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará.”

A República “levará para uma posição central e culminante” uma nova figura, o “homem de negócios”, ou seja, o “indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer”, dinamizar os negócios no campo e na cidade.

“A transformação terá sido tão brusca e completa, que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da Monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociastas. Ninguém escapará aos novos imperativos da época.”¹³

Mais outro aspecto importante da revolução brasileira precisa ser mencionado, e diz respeito à *burguesia brasileira, ou nacional*. Ela existe e não existe. Existe como expressão de interesses de setores sociais ligados à indústria, agricultura, comércio e banco. Há empresas pequenas, médias e grandes baseadas no mercado nacional e compostas de capitais nativos, além de explorarem a força de trabalho local. Podem lutar e lutam contra empresas estrangeiras que invadem as suas áreas de atuação, as suas bases de organização. Podem revelar as suas reivindicações e os seus interesses em associações, sindicatos, partidos e meios de comunicação, bem como nos *lobbies* mais ou menos visíveis que atuam nas esferas do poder

13. *Ibidem*, p. 220.

governamental. Esteve bastante presente nos tempos do populismo; e não deixa de continuar sob os governos militares e a Nova República.

Essa burguesia, no entanto, não se manteve nem se mantém independente. Devido a injunções econômicas, tecnológicas, políticas e outras, é levada a acomodar-se e associar-se. Assim,

“os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia ‘nacional’ antiimperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução”.¹⁴

Em certos momentos, conforme a conjuntura, pode haver divergências e oposição; em outros, não. Há determinações por assim dizer estruturais freqüentemente reduzindo ou apagando as divergências.

“Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil...”¹⁵

Essa burguesia, portanto, não avançou nem avança para um projeto político alternativo para a sociedade na-

14. Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, cit., pp. 110-111.

15. *Ibidem*, p. 190.

cional. Não vai além da própria visão de setor de classe, corporação. Joga com as outras classes sociais, compreendendo as médias, o operariado e o campesinato, de modo tímido, pouco elaborado. Parece reectar a mesma aliança que procura. Teme a força política dessas classes, principalmente o risco de ter de compartilhar o poder. Assusta-se com a idéia de reformas sociais, compreendendo a agrária, habitacional, educacional, bancária e outras. Não tem compromissos com a democracia reivindicada nas lutas das classes assalariadas. Não construiu nem constrói um projeto de cunho hegemônico, porque não interpreta os interesses das outras classes e muito menos da sociedade como um todo. Apenas defende os próprios interesses corporativos. Quando se sente ameaçada pelo imperialismo, apela às “massas”. E quando é desafiada pelos setores assalariados e camponeses, organizados e ativos, corre aos quartéis e às embaixadas das nações imperialistas. Seria impossível explicar os modestos avanços e os contínuos recuos do processo democrático brasileiro sem incluir aí a colaboração ativa da burguesia nacional, brasileira ou progressista. O caráter restrito, autoritário e antidemocrático das mudanças realizadas em 1888-89, 1930 e 1985 inserem-se nessa perspectiva. Aliás, os golpes de Estado verificados em 1937, 1945 e 1964 parecem tornar explícita essa característica da burguesia, que algumas vezes parece identificada com a sociedade nacional.

A burguesia brasileira faz lembrar algumas características da burguesia prussiana, nos tempos das lutas pela unificação alemã, quando se acentua o desenvolvimento capitalista que ficará simbolizado na figura de Bismarck. Em 1848, um momento crucial das lutas sociais na Alemanha, acha-se em curso mais uma etapa do processo de unificação. Cresce a industrialização e desenvolve-se a burguesia, juntamente com o proletariado e outras classes sociais. Mas a burguesia não luta para se impor aos setores sociais remanescentes do antigo regime. Alia-se

a eles, aceitando uma condição subalterna: não governar, ser governada. Assim se sente fortalecida para fazer face à combatividade da classe operária em formação. Tem o trabalhador e evita impor-se aos grandes proprietários de terras, os *junkers*, e à aristocracia. Essa burguesia estava "disposta desde o início a trair o povo". Representava "não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida". Estava no "leme da revolução não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente". Uma burguesia

"sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de idéias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando — sem energia em nenhum sentido, plagiária em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na vulgaridade — traficando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo, sem missão histórico-mundial..."¹⁶

Uma chave da revolução é o *campo*. Precisamente uma área na qual são evidentes os encontros e desencontros peculiares do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o Brasil Moderno. Como as classes dominantes e os seus associados estrangeiros não encaminharam a resolução da questão agrária, aí se encontra um elo particularmente importante das transformações sociais possíveis. O grande peso do mundo agrário na formação social capitalista brasileira, e a persistência de complexos

16. Karl Marx, *A Burguesia e a Contra-Revolução*, trad. de J. Chasin, M. Dolores Prades e Márcia Valéria Martinez de Aguiar, Editora Ensaio, São Paulo, 1987, pp. 44-45. São artigos publicados por Marx na *Nova Gazeta Renana* entre 10 e 31 de dezembro de 1848.

e drásticos antagonismos no campo, tudo isso transforma o trabalhador rural em uma força básica do processo da revolução brasileira.

Em poucas palavras,

"é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social... Uma coisa é certa: o trabalhador rural brasileiro, antes isolado nos grandes domínios das fazendas, engenhos, usinas, estâncias, e embora ainda relativamente tão próximo de suas origens na escravidão que apenas duas gerações passadas conheceram, hoje se acha em boa parte, e graças a seus maiores contágios e intercâmbio com o mundo externo, perfeitamente consciente de sua situação, e sabe que ela não deve nem pode perdurar".¹⁷

São muitos, antigos e recentes os protestos sociais do trabalhador rural: camarada, colono, morador, peão, sítiante, parceiro, arrendatário, operário, bóia-fria, seringueiro, boiadeiro, campeador e muitos outros.

São muitos os confrontos assinalando a história das lutas sociais no campo, das greves aos conflitos abertos. É nessa perspectiva que se situam os acontecimentos de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Bico do Papagaio, Anoni e outros. As marchas e contramarchas da fronteira, extrativa, pastoril, mineradora ou agrícola, indicam os roteiros das lutas pela terra, das contradições sociais que se "transferem" de um lugar para outro, de uma região para outra.

Mas a extensão e a gravidade das contradições sociais não se traduzem em lutas mais abertas, abrangentes. O campo continua a ser visto como pouco desenvolvido politicamente — longe, desimportante.

17. Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, cit., pp. 215 e 218.

“Aliás, o relativo atraso do movimento dos trabalhadores rurais brasileiros se deve em boa parte à circunstância de certo modo fortuita que é a subestimação em que sempre foram tidas, da parte dos dirigentes operários e da política de esquerda em geral, a mobilização e luta na base das relações de emprego.”¹⁸

Além da luta pela terra, caberia avaliar politicamente as contradições sociais desenvolvidas com a proletarização aberta e disfarçada no campo.

É nessa perspectiva que se podem compreender as condições e possibilidades da classe operária na revolução brasileira. O seu horizonte político não arranca apenas da sua condição operária, posição no processo produtivo, capacidade de organização e atuação no âmbito do sindicato, partido, movimento social. Além disso, cabe reconhecer algumas determinações básicas: o desenvolvimento desigual e combinado, a burguesia incapaz de manifestar a sua vontade política, o mundo agrário tenso, contraditório, fecundo. Nesse contexto é que se pode situar o espaço da classe operária, a sua presença e influência na revolução brasileira. A classe operária precisaria cumprir tarefas que a revolução burguesa não realizou, já que a burguesia brasileira se acomodou em uma posição subalterna diante do imperialismo. Para isso, no entanto, a classe operária pode contar com o trabalhador rural. O operário do campo e o camponês (este em geral proletarizado, proletário disfarçado) podem somar-se ao operário urbano. Não apenas como aliado, mas como força revolucionária que possui reivindicações às vezes mais profundas.

Não se trata de pensar a revolução em abstrato, imaginá-la “democrático-burguesa” ou “socialista”, como se fora possível escolher uma fórmula, um modelo. Ao contrário, trata-se de descobrir e trabalhar as condições e possibilidades da revolução que se inscreve nos movi-

18. *Ibidem*, p. 218.

mentos da história, nas relações e contradições sociais, nos impasses decorrentes de um caleidoscópio de vários tempos, diversas épocas; configurando o desenvolvimento desigual e combinado; conferindo aos trabalhadores do campo e da cidade tarefas muito suas, próprias, além daquelas que a revolução burguesa não realizou.

A revolução social possível que amadurece nessa história recriará a nação. Ou melhor, criará uma nação na qual a grande maioria do povo se sentirá parte integrante da sociedade e Estado nacionais. Isto porque até esta altura da história o que tem sido mais evidente é a “desagregação”. Um todo vivo, em movimento e inclusive em transformação, mas um tanto desconforme, mais desigual e desagregado do que combinado. A nação parece desconjuntada, expressando apenas segmentos particulares de um todo muito mais complexo de possibilidades. Acontece que

“não é possível com a miséria física e moral da grande massa do povo brasileiro, e a mediocridade de quase todo restante, construir uma grande nação moderna que ofereça para todos, num futuro previsível, segurança, bem-estar e prosperidade”.¹⁹

As condições básicas para uma transformação social mais profunda já estariam dadas. A formação social capitalista brasileira, por suas peculiaridades estruturais, resultantes dos “ciclos” e épocas de larga história, pode contar agora com as possibilidades de lançar a sociedade e o Estado nacionais em outro patamar. Tanto se desenvolveram as diversidades, desigualdades e contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, em âmbito regional e nacional, que já se descortinam outros horizontes.

Aos poucos, nos vaivéns da história, os trabalhadores da cidade e do campo se constituem em forças sociais

19. *Ibidem*, p. 295.

com potencial revolucionário. Mais que isso, o potencial revolucionário do campo pode impulsionar a cidade. Em muitos casos, os trabalhadores rurais e urbanos não só estão em contato, mas mesclam-se e confundem-se. Nos grandes centros urbanos e industriais, há contínuo afluxo e refluxo de trabalhadores oriundos do mundo rural. Mais do que nas "cidades e aglomerações de grande vulto", é nos "centros urbanos menores" que os contatos e as ligações podem favorecer a organização política do conjunto.

"Até mesmo a linha divisória entre trabalhadores urbanos e rurais se faz nos centros menores e até médios, indecisa e fluida, pois os trabalhadores passam facilmente de uma para outra categoria, e freqüentemente se enquadram mesmo de certa forma em ambas."²⁰

Em outros termos, os movimentos dos trabalhadores, em âmbito local, regional e nacional, criam algumas das condições sociais da formação da classe operária, como classe nacional, sendo que as contradições mais peculiares da cidade podem enriquecer-se com as do campo, e vice-versa.

A dinâmica das relações de classes, no interior da sociedade nacional, põe e repõe as relações externas, as conexões com os interesses imperialistas. Uma parte das forças da contra-revolução nasce precisamente dos compromissos das classes dominantes "nacionais" com as estrangeiras. As divergências episódicas, conjunturais, não impedem as convergências mais substanciais, a dita solidariedade do "mundo livre". Por isso a revolução envolve a ruptura e o rearranjo das relações externas.

"A especificidade da revolução brasileira é dada em particular pelas circunstâncias internas, isto é, pelas relações que constituem e caracterizam a organização econômica e a estrutura social do país. A natureza dessas relações,

20. *Ibidem*, pp. 290-291.

contudo, vai marcar e definir a nossa posição no sistema internacional do capitalismo. E assim ambas essas ordens de circunstâncias, as internas e as externas, se conjugam e completam de tal maneira que a eliminação de umas implica necessariamente a das outras."²¹

Na revolução social brasileira que assim se esboça o que está em causa é diminuir e eliminar as desigualdades abertas e veladas presentes nas relações e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Aí estão tanto as desigualdades entre as classes como aquelas que marcam os grupos raciais, tais como negros, índios e outros. E cabe não esquecer as regionais, que se criam e recriam no interior daquelas relações e estruturas. Cabe superar os impasses produzidos por uma história de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, no qual freqüentemente predomina a desagregação. Transformar o presente em moderno, tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo, realizar as conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais que atendam a maioria do povo. É possível construir "uma organização e sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades" desse povo.²²

"A situação do Brasil se acha madura para as transformações econômicas, sociais e políticas em direção das quais apontam as reivindicações e aspirações da massa trabalhadora, e em especial as do campo. Essas transformações são a condição da própria integração nacional brasileira e do desenvolvimento seguro e solidamente alicerçado do país, bem como, em consequência, do real progresso e do bem-estar generalizado da imensa maioria da população."²³

Esse é o horizonte da revolução brasileira, na qual o "papel decisivo e dirigente é expressamente atribuído

21. *Ibidem*, pp. 302-303.

22. *Ibidem*, p. 123.

23. *Ibidem*, pp. 294-295.

ao proletariado urbano em união com os trabalhadores rurais". O processo parece irreversível, além de que se pode observar o seu andamento. E pode acelerar-se,

"quando as forças de esquerda melhor o compreenderem e souberem pôr em evidência, através de sua pregação teórica e ação prática, as contradições profundas do sistema vigente".²⁴

O processo da revolução é teórico-prático, ou prático-crítico. Quando as forças sociais subalternas se apropriam da interpretação dialética da "desagregação" social brasileira, a revolução social entra em seu andamento. E começa a formar-se uma nação com os traços, as cores e os movimentos que lhe inculcem as práticas e as fantasias do povo.

24. Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, 5ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1977, pp. 230-231. Citação do "Adendo a *A Revolução Brasileira*", pp. 205-238.

3. UM ESTILO DE PENSAMENTO



Caio Prado Júnior é o fundador da interpretação marxista do Brasil. Por sua originalidade e influência, essa interpretação institui toda uma corrente não só da historiografia, mas do pensamento brasileiro. É inegável a sua importância para o conjunto das ciências sociais. Também é evidente a sua presença na história das idéias filosóficas, em controvérsias sobre as relações entre o pensamento e as configurações sociais de vida. Inclusive no campo das artes encontram-se ecos mais ou menos nítidos da interpretação marxista do Brasil que ele praticamente inaugurou. Muitas contribuições contemporâneas e posteriores a ela parecem complementá-la, desenvolvê-la. As próprias controvérsias suscitadas expressam sua originalidade e influência.

Essa interpretação da história da sociedade brasileira está formulada e desenvolvida nos seguintes livros: *Evolução Política do Brasil* (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira), publicado em 1933, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), em 1942, *História Econômica do Brasil*, de 1945, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, de 1954, *A Revolução Brasileira*, em 1966, *História e Desenvolvimento* (A Contribuição da Historiogra-

1. DESIGUALDADES SOCIAIS



A história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de "república", compreendendo a oligárquica, a populista, a militar e a nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Desde o declínio do regime de trabalho escravo, ela passou a ser um ingrediente cotidiano em diferentes lugares da sociedade nacional. A despeito das lutas sociais que envolve, e das medidas que se adotam em diversas ocasiões, para fazer face a ela, continua a desafiar os distintos setores da sociedade. Ao longo das várias repúblicas formadas desde a Abolição da Escravatura e o fim da Monarquia, a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional. As várias modalidades do poder estatal, compreendendo autoritarismo e democracia, defrontam-se com ela.

Está presente nas rupturas políticas ocorridas em 22, 30, 37, 45 e 64, para mencionar algumas. Dentre os impasses com os quais se defronta a Nova República iniciada em 1985 destaca-se também a relevância da questão social. As controvérsias sobre o pacto social, a tona de terras, a reforma agrária, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos sociais, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional, essas controvérsias sempre suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão.

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a seqüência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressivas, a violência do poder estatal e a privada, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade da negociação. E o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade da revolução.

Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda assim se começa a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o *status quo* seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político.

Mas leva tempo a moderada alteração de atitudes, métodos, interpretações. Além disso, são freqüentes os retrocessos. Mesmo depois da década de 30, já nos anos do populismo e do militarismo, vários aspectos da questão tornaram a ser considerados problemas de polícia. Aliás, nunca deixou de ocorrer a repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares, no campo e na cidade. Em certas conjunturas, os aparelhos repressivos, de dentro e de fora das agências estatais, agem no sentido de anular ou intimidar movimentos, sindicatos e partidos, suas bases e lideranças.

A questão social continua a ser um desafio para a Nova República inaugurada em 1985. Os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.

Vejamos o que se diz em um documento governamental. Desde os anos 30, e mais ainda a partir dos 50, o poder público investiu largamente na expansão e diversificação da economia. Mobilizou recursos para transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações, serviços de infra-estrutura urbana. "Investiu diretamente na produção de insumos considerados estratégicos para a produção do desenvolvimento industrial", como no ca-

so da siderurgia e do petróleo, da mineração e dos transportes. Em geral, "através de empresas estatais ou de associações destas com o capital privado nacional e estrangeiro". Cresceram a urbanização, a industrialização e as exportações de manufaturados, além das exportações de matérias-primas e gêneros. "As dimensões da economia brasileira cresceram catorze vezes, entre 1940 e 1980." Tanto assim que "a economia brasileira hoje é industrializada, moderna, diversificada". E a renda *per capita* passa de 160 para 2.100 dólares.

"Mas a distribuição permaneceu marcadamente desigual. Das pessoas que recebiam renda, os 40% mais pobres detinham 9,7% da renda total, enquanto os 10% mais ricos detinham 47,9% — esse o problema da pobreza no Brasil. Mesmo após 45 anos de progresso e desenvolvimento acelerado, cerca de 50 milhões de brasileiros sofrem as dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde."¹

Em outra linguagem, alguns aspectos fundamentais da questão social são lembrados por Hélio Jaguaribe:

"A sociedade brasileira caracteriza-se pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais. Aqueles, situando o Brasil como a oitava potência econômica do mundo ocidental, se aproximam dos níveis dos países industrializados da Europa, enquanto os indicadores sociais se aproximam do nível dos países menos desenvolvidos do mundo afro-asiático."²

Seriam duas sociedades superpostas, mescladas, mas diversas: "A característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo". A um lado "encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava eco-

1. João Sayad, "Diretrizes Gerais de Política Econômica", publicação da *Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 1985, sob o título "Seplan divulga o 4º Plano Nacional de Desenvolvimento".

2. Hélio Jaguaribe e outros, *Brasil, 2.000* (Para um Pacto Social), Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, p. 187.

nomia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo". No outro "encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas".³

É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Precisamente as vítimas das "dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde".

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizon-

3. Hélio Jaguaribe, "Brasil, Reforma ou Caos", Fundação Unesp, São Paulo, 1988, mimeo., p. 1.

tal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos.

Esse é o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo.

Sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e na fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania.

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural.

No curso dessa história, formam-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos, revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos.

Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o de-

envolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna, ou de que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão.

classes sociais e recria as diferenças raciais, recobre povoados, vilarejos e comunidades, dando passo ao mercado, à mercadoria, ao lucro, aos ritmos do capital, aos princípios do contrato. Aos poucos, o Brasil fica paulista, isto é, capitalista.

E assim se recriam as diversidades e desigualdades regionais, nas quais sobressaem o nordeste e o centro-sul. Note-se que essas e outras diversidades se recriam segundo as forças sociais, econômicas e outras que predominam no centro-sul e influenciam decisivamente o Estado. As principais linhas políticas dos governos republicanos (oligárquicos, populistas, militares e da Nova República) tomam em conta os interesses das forças que predominam no centro-sul — naturalmente sempre levando em conta alguns interesses oligárquicos regionais. Faz tempo que a dispersão brasileira é uma das bases dos arranjos dos blocos de poder. Os setores dominantes sempre manejam as diversidades, inclusive tornando o Estado cada vez mais organizado, abrangente e forte — em detrimento da democracia.

4. UMA NAÇÃO EM BUSCA DE CONCEITO



O Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional, no sentido de um aparelho estatal organizado, abrangente e forte, que acomoda, controla ou dinamiza tanto estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. Mas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais, que compõem a sociedade, são de tal monta que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes — se admitimos que o todo pode ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem.

Os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, vistos em conjunto e em suas relações mútuas reais, apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado. O que tem sido um dilema brasileiro fundamental, ao longo do Império e da República, continua a ser um dilema do presente: o Brasil se revela uma vasta desarticulação. O todo parece uma expressão diversa, estranha, alheia às partes. E estas permanecem fragmentadas, dissociadas, reiterando-se aqui ou lá, ontem ou hoje, como que extraviadas, em busca de seu lugar.

É verdade que o Brasil está simbolizado na língua, hino, bandeira, moeda, mercado, Constituição, história,

santos, heróis, monumentos, ruínas. Há momentos em que o país parece uma nação compreendida como um todo em movimento e transformação. Mas são freqüentes as conjunturas em que se revelam as disparidades inerentes às diversidades dos estados e regiões, dos grupos raciais e classes sociais. Acontece que as forças da dispersão freqüentemente se impõem àquelas que atuam no sentido da integração. As mesmas forças que predominam no âmbito do Estado, conferindo-lhe a capacidade de controlar, acomodar e dinamizar, reiteram continuamente as desigualdades e os desencontros que promovem a desarticulação.

Os estados e as regiões não estão articulados de modo a se beneficiarem reciprocamente, formando um todo superior, no qual também se tornam superiores. Ao contrário, as relações entre eles, diretamente ou pela mediação do aparelho estatal, revelam desigualdades permanentes, muitas vezes crescentes. É verdade que há políticas adotadas pelo governo central com objetivos regionais, destinadas a estabilizar ou reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. A Inspetoria de Obras contra as Secas, o DNOCS e a SUDENE, para o nordeste, assim como a SPVEA e a SUDAM, para a Amazônia, expressam muito bem o intuito de estabilizar ou reduzir algumas desigualdades. Mas o que ocorre é outra coisa. Essas e outras organizações criadas pelo poder central consolidam ou mesmo acentuam as desigualdades. A despeito de parecerem débeis ou ineficazes, o que se constata é que essas organizações são empolgadas por forças mais poderosas, que as esvaziam ou instrumentalizam. Algo semelhante ocorre com o SPI, inicialmente, e a FUNAI, depois. São neutralizados pelas forças interessadas nas terras indígenas, como reserva de mercado ou bases de atividades extrativas, mineradoras, pecuárias ou agrícolas. Forças que também se interessam pela força de trabalho indígena, mesmo quando falam na "emancipação" do índio. Isto é, os processos econômicos, políticos e culturais que expressam o jogo das forças sociais predominantes no âmbito de sociedade, e in-

fluentes no aparelho estatal, levam na sua onda as organizações e as suas intenções.

Os grupos raciais e as classes sociais não estão articulados de modo a se beneficiarem reciprocamente, formando um todo superior, no qual também se tornam superiores. Ao contrário, as suas relações recíprocas, diretas ou intermediadas pelo aparelho estatal, reiteram, recriam ou mesmo aprofundam as desigualdades. É óbvio que há freqüentes rearranjos, no jogo dos grupos raciais, dentre os quais encontram-se negros, índios, brancos de diversas procedências nacionais. Sem esquecer que esses grupos se inserem, em distintas proporções, não só em classes sociais, mas também se distribuem em diferentes estados e regiões. Inclusive, é certo que há freqüentes rearranjos no jogo das classes sociais, em suas relações recíprocas e em suas distribuições relativas nos espaços dos estados e regiões. Criaram-se institutos jurídico-políticos, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e todo o sistema previdenciário, de modo a atender reivindicações de boa parte dos grupos e classes que compõem a maioria da população. Em outros termos, o SPI e a FUNAI fazem parte das políticas destinadas a acomodar setores sociais, neste caso "índios" e "brancos". Também a Lei Afonso Arinos de 1951 e o parágrafo 42 do artigo 5º da Constituição de 1988, proibindo e punindo o preconceito racial, entram nessa problemática. No âmbito da cultura, desde o sistema de ensino aos meios de comunicação de massas, desde o futebol ao carnaval, os governantes e os funcionários da burocracia estatal parecem empenhados em fazer algo no sentido de controlar, acomodar ou dinamizar as relações entre os grupos, as classes e o Estado, de modo a conformar a nação. Mas o que ocorre é outra coisa. Tanto os institutos jurídico-políticos como o sistema de ensino e os meios de comunicação de massas não reduzem as disparidades que caracterizam a situação e as relações dos grupos e classes.

Há forças sociais mais poderosas, empolgando boa

parte dos meios disponíveis e fazendo com que a imagem de uma vasta desarticulação predomine sobre a hipótese da integração. Isto é, os grupos e classes raramente se expressam como povo, compreendido como uma coletividade de cidadãos. Ao contrário, o que subsiste é a imagem de uma coletividade de trabalhadores. Não parece uma nação o país em que a população ainda não se tornou povo.

A cidadania continua a ser um elo crucial dessa história. Coloca vários aspectos da questão. Diz respeito a como o cidadão aparece, ou não aparece, na fisionomia da nação. Em 1823, os constituintes se perguntavam como definir "brasileiro" e "cidadão brasileiro", já que a população se compunha de negros escravos e livres, trazidos da África e nascidos no país, índios arredios, administrados e assimilados, brancos pobres e brancos ricos, analfabetos e alfabetizados, cristãos e fetichistas. Em 1891, os constituintes decidem que todos os estrangeiros (imigrantes europeus de diferentes procedências nacionais, africanos de distintas nações etc.) que não declarassem nada em contrário, no prazo de seis meses, passariam a ser considerados brasileiros — não propriamente cidadãos brasileiros. Em 1934, os constituintes se perguntam sobre os imigrantes europeus, preocupados com as suas idéias políticas (sindicalistas, anarquistas, socialistas, comunistas e outras), interessados em garantir a ordem social, o *status quo*. Em 1988, os constituintes são obrigados a examinar aspectos importantes da cidadania do índio e do negro. Ao fim do século XX, portanto, a sociedade brasileira mostra que ainda não equacionou adequadamente o problema racial, se tomarmos em conta a situação real do que poderíamos denominar nacionalidades indígenas e afro-brasileiras.

Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia. É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS



- I. "O Brasil Moderno", inédito.
- II. "A Dialética da História", publicado em versão parcial no livro organizado por Maria Angela D'Incao, *História e Ideal* (Ensaio sobre Caio Prado Júnior), Editora Unesp e Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.
- III. "A Questão Social", publicado na *Revista da USP*, nº 3, São Paulo, 1989.
- IV. "Raça e Povo", publicado em versão preliminar, sob o título "Diversidades Raciais e Questão Nacional", no livro de minha autoria, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, 3ª edição revista e ampliada, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- V. "Cultura e Sociedade", publicado sob o título "Cultura e Democracia" na *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1984, *Folhetim*, nº 414.
- VI. "Brasil Nação", publicado em *São Paulo em Perspectiva*, vol. 2, nº 4, São Paulo, 1988.